

A INFORMALIDADE DO TRABALHO BRASILEIRA NA VIRADA DO SÉCULO.

Anita Kon¹

Texto para discussão a ser enviado para publicação no livro *Aportes ao Desenvolvimento da Economia Brasileira* (org. em co-autoria com Elizabeth Borelli), Ed. Blucher, São Paulo, 2015. ISBN: 9788580391237

TD EITT – 22/03/2014

Resumo – O artigo apresenta um perfil da informalidade do trabalho no Brasil no século XXI. Define inicialmente as características do mercado informal de trabalho do ponto de vista teórico, para seguir com uma análise empírica deste mercado no país no período de passagem para o século XXI. Em sequência, são examinados os principais indicadores disponíveis de informalidade para o período 2002 a 2012, evidenciando as diferenças na estruturação ocupacional e setorial no país.

1. Definindo o mercado informal de trabalho nas atividades brasileiras

Algumas características encontradas nas definições de atividades informais do trabalho encontradas na literatura (Hart, 1973; OIT, 1972; PREALC, 1978; Tokman, 2001; Cacciamali, 1983; Pamplona, 2003; ILO, 2014; Kon, 2015), se adaptam de modo mais adequado a economias que se encontram em fases mais atrasadas ou em processo de desenvolvimento, da mesma forma que a informalidade em economias mais avançadas pode assumir conotações diversas. A dificuldade do conceito mais apropriado reside na impossibilidade de adequar a mesma definição para diferentes situações como, por exemplo, “flanelinhas”, vendedores ambulantes, mecânicos, médicos e consultores de informática.

Especificamente no setor informal brasileiro, a heterogeneidade das características das ocupações e das formas de relação entre os agentes econômicos, permite o reconhecimento do perfil básico destas atividades não apenas através de um conceito, porém como a conjugação de uma série de características conforme descritas por várias linhas conceituais que evoluíram no tempo. Dessa forma, são encontradas entre algumas das ocupações informais no Brasil, características como facilidade de entrada, propriedade individual ou familiar do empreendimento, operação em pequena escala, utilização de materiais nacionais, processos produtivos intensivos em trabalho por meio de tecnologia adaptada, atuação em mercados não regulamentados e altamente competitivos e qualificações dos trabalhadores adquiridas fora do sistema escolar formal. Além disso, é salientada ainda a condição de ilegalidade, ou seja, o fato da atividade não ser oficialmente registrada perante o governo (Kon, 2005).

Paralelamente é identificada, em grande parte das vezes, subutilização da mão de obra ou subemprego como apreendido anteriormente, tendo em vista a incapacidade das pessoas de encontrarem a ocupação desejada ou remuneração compatível com suas aspirações, o que é associado a baixo nível de renda, insuficiente para as necessidades básicas da família e baixa produtividade da força de trabalho. Nas atividades brasileiras, esta mão de obra em condições desvantajosas compõe a maior parte do setor informal alocado fora de empresas, enquanto que outra parte muito considerável engloba pequenos produtores de serviços de níveis superiores de renda e produtividade, alocados fora de empresas, bem como assalariados de empresas.

Deste ponto de vista, estas atividades no país podem desempenhar um papel definido no contexto de desenvolvimento, como absorvedoras de excedentes da força

¹ Professora Titular e Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia da PUC/SP.

de trabalho, desde que parte destas produções se mostram eficientes e lucrativas, não sendo compostas por atividades marginais ou parasitárias, embora outros segmentos possam incorporar trabalhadores menos remunerados, em pequena escala e limitados por técnicas simples, pouco capital e falta de contato com o setor formal, mas que sobrevivem no mercado de trabalho e colaboram com a geração de valor adicionado.

As forças que determinaram a ampliação da informalidade no Brasil se originaram mais intensamente no período correspondente ao processo de industrialização por substituição de importações, no final da década de 1950 quando, apesar da incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, este processo contribuiu para a ampliação de oportunidades de ocupações, que surgiam como complementação às demais atividades e também como resultado do aumento médio dos rendimentos dos assalariados, que se expressavam através da elevação do maior consumo de bens e serviços (Kon, 1995).

A ampliação da participação de trabalhadores em atividades informais brasileiras naquele período de industrialização é também condizente com a abordagem de análise do PREALC/OIT sobre informalidade, desde que é observado que do lado da oferta de trabalhadores o crescimento natural da força de trabalho urbana se acelerou com a vinda de trabalhadores anteriormente alocados no setor rural, seja por expulsão, ou pela busca de melhores oportunidades de emprego e renda. Como consequência, parte considerável da força de trabalho não encontrou ocupações em empresas industriais urbanas, “auto-criando” ocupações de serviços, com baixos níveis de produtividade, que não são relacionados ao processo de acumulação do capital e dependem das oportunidades que o mercado oferece para vender um bem ou serviço que gere renda. Neste caso, o setor informal foi moldado como uma alternativa para o desemprego aberto, sendo determinado pelo excedente de mão de obra e possibilitado pela facilidade de entrada, desde que era composto basicamente por ocupações que exigiam pouco capital e pequena escala de produção, pouca organização produtiva e processos tecnológicos simples, acompanhado de baixa proteção oferecida pelas políticas governamentais.

Segundo esta abordagem, a inter-relação entre o setor formal e informal define complementaridade e concorrência como características fundamentais, sendo o setor informal não completamente integrado nem completamente autônomo, porém conserva um grau significativo de relações com o resto da economia, sem perder a autonomia. Este conceito implica em que o setor teria possibilidade de assegurar trabalho para o excedente da mão de obra que desejasse ingressar no setor e a variável de ajuste seria a renda média das pessoas ocupadas, que flutuaria “entre um nível mínimo de subsistência e o nível em que se encontrem alternativas de trabalho” (Souza e Tokman, 1976).

Observa-se também no país a delimitação da informalidade, consubstanciada em unidades econômicas orientadas para o mercado, sobressaindo-se o fato de que o detentor do negócio exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado, de posse de instrumentos de trabalho e com ajuda de trabalho familiar ou de alguns ajudantes, não existindo separação entre as atividades de gestão e de produção (Cacciamali, 1983 e 2000). Este achado leva à crítica para a abordagem que considera que o setor informal é caracterizado por inerente baixa produtividade e baixa renda, não sendo uma esfera produtiva auto-criada e independente da produção capitalista. Como salienta Cacciamali, nestes casos este setor é definido como agregando um conjunto de formas de organização da produção e distribuição, que se estabelecem nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada ou ainda: “composto pelo conjunto de trabalhadores por conta própria, as unidades de produção

com base no trabalho familiar, ajudantes e/ou trabalhadores que, ocasionalmente trabalham para estes grupos” (Cacciamali, 1983, p. 24).

Esta abordagem se aproxima mais da condição atual encontrada na realidade brasileira, particularmente em um contexto micro-econômico em que é ressaltada a necessidade de transformações produtivas e organizacionais, onde impera o processo de terceirização dentro de empresas capitalistas, que conduz a novas formas de inter-relações entre os mercados formal e informal, dentro e fora das cadeias produtivas. A situação brasileira se coaduna também com este conceito, quando é verificado que fazem parte deste contexto tanto empresas de cunho capitalista quanto trabalhadores por conta própria ou pequenos produtores, com possibilidade de acumulação de capital, representando um mercado amplo para a introdução de empresas capitalistas, que se sentem atraídas pelo volume de negócios das atividades informais com possibilidade de se tornarem lucrativamente atrativas.

Porém, embora exista a tendência de empresas capitalistas assumirem a produção de parte do mercado das informais, o espaço das atividades informais continuaria subsistindo, desde que algumas atividades são muito pequenas e dispersas geograficamente e não interessam à atividade capitalista. São criados novos espaços — com a expansão capitalista informal neste setor — nas esferas da produção de serviços às empresas e pessoais, e também da comercialização, reparação e outras; nestes espaços a empresa capitalista formal tende a se articular mais com a pequena produção, via subcontratação (Nunura, 1992). Dessa forma, a origem do setor informal não está mais na existência de excedente de mão de obra apenas, porém está no próprio processo de acumulação capitalista.

De forma concomitante com a diminuição dos postos de trabalho formais observada no período de crise econômica conjuntural das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, os principais elementos condicionantes da intensificação do setor informal no contexto do mercado de trabalho, têm origem nos processos de reestruturação produtiva, que envolvem a reorganização e realocação das atividades no espaço, bem como a reorganização técnica, estratégica, administrativa e operacional do trabalho verificada nas empresas em busca da competitividade interna e internacional. Estes elementos conviveram com a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, particularmente nos anos noventa, com aprofundamento da internacionalização e abertura comercial das economias, e ainda da desregulamentação dos mercados. Estes processos criam incertezas nos negócios, menores taxas de crescimento econômico e do emprego, que repercutem de forma diferenciada nas diversas economias desenvolvidas e em desenvolvimento, de acordo com suas características estruturais e conjunturais contemporâneas (Cacciamali, 2000, p. 6).

Mais recentemente no país. foram renovadas as relações de trabalho não-assalariado, através da criação crescente de formas de trabalho a domicílio e de trabalho temporário, intermediadas por firmas locadoras de mão-de-obra ou subcontratação. Este conjunto de novas relações de trabalho foi criado em momentos de diminuição da atividade produtiva que diminuiu a possibilidade de geração de postos de trabalho em empresas e gerando condições para a ampliação do trabalho por conta própria, paralelamente à falta de políticas públicas compensatórias. Adicionalmente observou-se em alguns casos no setor informal o surgimento de oportunidades de ganhos superiores aos empregos assalariados nas empresas de vários níveis de qualificação. Finalmente a ampliação das atividades informais no Brasil foi devida ainda à dificuldade de sobrevivência de indivíduos que não logram reempregar-se ou

ingressar no mercado de trabalho e podem exercer trabalhos de baixa produtividade (Cacciamali, 2000, p. 8).

Resumindo, na atualidade, a condição de informalidade das atividades brasileiras em certos momentos foi determinada, por um lado, por políticas públicas que priorizaram a continuidade da estabilização econômica em detrimento da geração de empregos e, por outro, pelas transformações estruturais intensificadas e mais velozes manifestadas de forma diferenciada tanto em âmbito global, internacional quanto regional, e que resultam em formas também diversas de inserção do trabalho. Definem-se no âmbito do trabalho por conta própria ou em micro empresas, mas também são encontradas no assalariamento ilegal. Os níveis de emprego e renda destes diferentes grupos de ocupados resultam de dinâmicas diversas e, portanto, seu comportamento não pode ser analisado conjuntamente (Kon, 2007 e 2015).

Fica patente no Brasil uma ligação sistemática entre os setores formais e informais, e pode ser inferido que a economia informal não é uma condição individual, mas sim um processo de geração de renda caracterizado pela condição central de não ser regulada pelas instituições da sociedade, em um ambiente legal e social em que semelhantes atividades são reguladas. Qualquer alteração nas fronteiras institucionais da regulamentação das atividades econômicas pode produzir paralelamente um realinhamento do relacionamento formal-informal. O setor informal no país, portanto, é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice marginal destas.

2. A Informalidade brasileira na passagem para o século XXI

2.1 Aspectos metodológicos

Como salientado, a conceituação de informalidade tem várias abordagens teoricamente conceituadas utilizadas nas análises econômicas.

Quadro I

Mercado Informal	Mercado Formal
Trabalhador em empresa sem carteira	Trabalhador em empresa com carteira
Conta própria	Trabalhador doméstico com carteira
Trabalhador na produção para próprio consumo	Militares e estatutários
Trabalhador na construção para próprio uso	
Sem declaração	
Trabalhador doméstico sem carteira	
Trabalhadores sem remuneração	

Fonte: Kon, (2012).

Neste sentido, a conceituação de informalidade aqui analisa a de forma empírica visou de conciliar a disponibilidade de dados com o objetivo da investigação, foi adotada para a divisão dos mercados de trabalho formal e informal, e dessa forma a composição de situações de trabalhadores segundo sua condições na ocupação, aqui considerada, é apresentada no Quadro I

Em seqüência a distribuição do trabalho informal no Brasil aqui analisada, para observar o perfil das atividades informais no período de transição do século, utiliza como base de dados as últimas informações do IBGE, sobre a pesquisa mais recente disponível sobre Economia Informal Urbana (2003), e a partir de dados das PNADs (1999), com tabulações especiais de elaboração própria. Foram calculados indicadores específicos de diferenciais entre gêneros, que se encontram definidos nas notas das tabelas. A análise envolve vários enfoques selecionados segundo categoria de emprego, distribuição por idade, escolaridade e setorial, tempo de permanência no

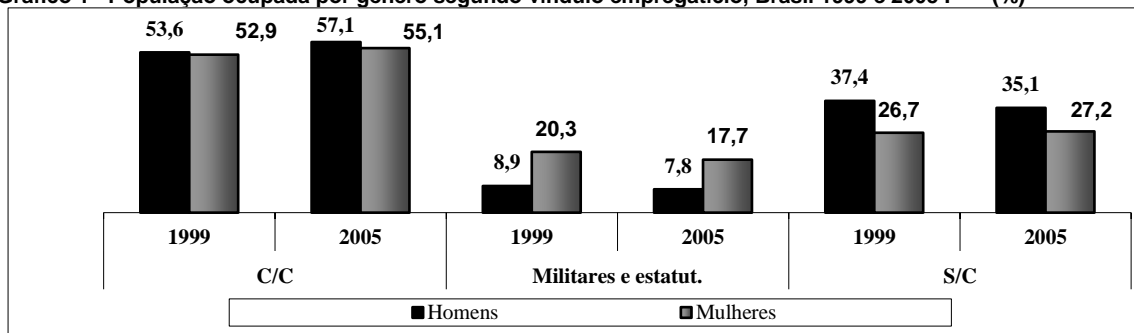
emprego e no trabalho, rendimento médio, motivos para entrada no setor informal e jornada de trabalho.

Esta pesquisa sobre o Economia informal Urbana de 2003 apresenta os resultados sobre a situação dos proprietários de pequenos empreendimentos não-agrícolas, em especial aqueles pertencentes ao setor informal. A pesquisa tem como unidade de coleta os domicílios urbanos onde moram proprietários de unidades econômicas informais e engloba informações sobre investimentos, receitas, despesas e lucro médio das empresas do setor informal, características das pessoas ocupadas, como sexo, idade, nível de instrução, vínculo de trabalho e posição na ocupação, além de aspectos relacionados à regularização do negócio, acesso a serviços não-financeiros e crédito. Os resultados, são apresentados para o conjunto do Brasil e mostra ainda informações relevantes sobre o peso da economia informal na geração de oportunidades de trabalho e rendimento, a partir do levantamento do número de unidades e das suas características de funcionamento, como tipo de atividade, local de trabalho, ativo imobilizado, investimentos, horas trabalhadas, receitas e despesas do mês, entre outras (Kon, 2012a).

2.2 As categorias do trabalho formal e informal

Observe-se inicialmente no Gráfico 1 que entre os ocupados que trabalhavam em empresas com registro em carteira regularizado, não se verificaram diferenças de

Gráfico 1 - População ocupada por gênero segundo vínculo empregatício, Brasil 1999 e 2005 . (%)



Fonte: IBGE. PNAD 1999 ⁽¹⁾ e 2005. C/C = com carteira; S/C = sem carteira. Elaboração própria.

⁽¹⁾ Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

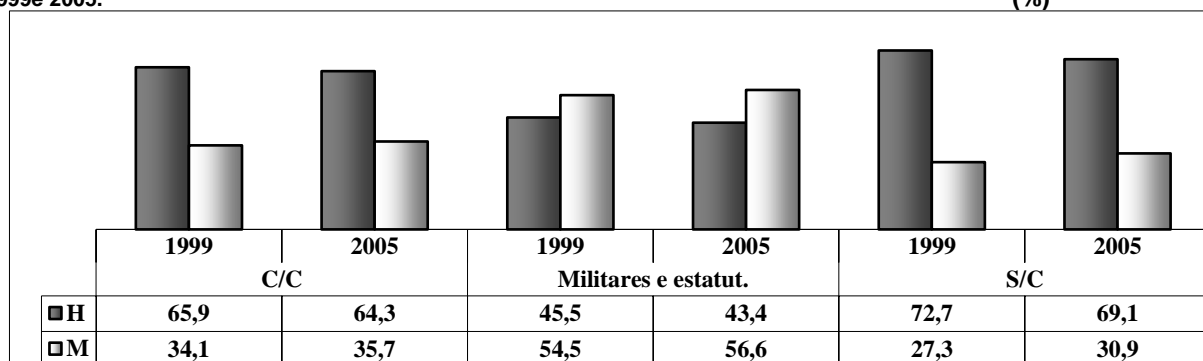
representatividade, pois nessa categoria se concentravam em torno de 53% em 1999 e pouco mais de 55% em 2005 dos trabalhadores de cada gênero. Já entre os trabalhadores informais, isto é, sem carteira, que incluem os que trabalhavam em empresas, famílias e por conta própria, a participação de homens em relação ao total do gênero se situa acima 1/3, enquanto que entre as mulheres permaneceu em torno de 27%.

Entre os militares e estatutários, que apesar de não serem incluídos entre os com carteira, se alocam no mercado formal, as mulheres representavam mais de 20% e 18% respectivamente nos dois períodos analisados, concentração superior à masculina de quase (9% e 8% respectivamente), como resultado da maior concentração feminina entre os alocados na administração pública como estatutários. Infere-se a partir disto a relevância das políticas públicas e da regulamentação para a diminuição das disparidades entre gêneros no mercado de trabalho que desfavorecem as mulheres. A melhor concentração de oportunidades para as mulheres se alocarem na condição de ocupadas na administração pública advém da condição de entrada na

categoria que exige a prestação de concurso público cuja inscrição, por sua vez, não discrimina entre gêneros.

O exame a partir de um enfoque de distribuição de gêneros em cada categoria de ocupação (Gráfico 2) mostra que no setor informal, representado pelos sem carteira, a concentração masculina é consideravelmente superior, equivalendo a quase 73% em 1999. No ano de 2005 aumentou a participação feminina nessa situação, de pouco mais de 27% em 1999 para aproximadamente 31%.

Gráfico 2 População ocupada por categorias de emprego segundo gênero e condição de vínculo empregatício - Brasil, 1999 e 2005. (%)



Fonte: IBGE. PNAD 1999 ⁽¹⁾ e 2005. Elaboração própria.

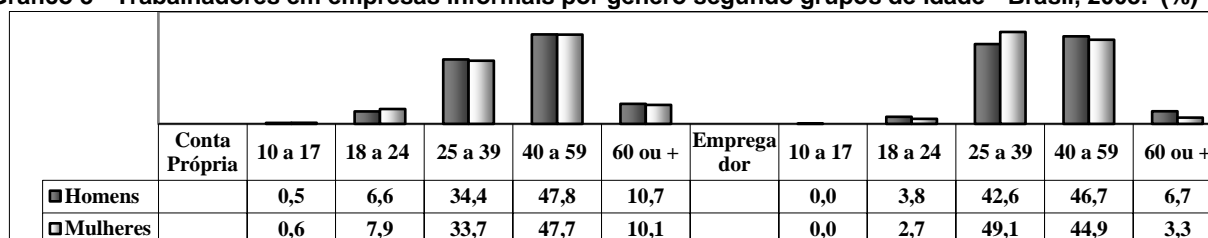
⁽¹⁾ Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Entre os trabalhadores formais, a concentração dos que trabalhavam em empresas correspondia a quase 66% no primeiro ano analisado, observando uma queda não muito significativa para pouco mais de 64% em 2005. Como já indicado pelo gráfico anterior, entre os militares e estatutários, a representatividade feminina se situa em torno de 55% dos ocupados, como visto, concentrados mais intensamente na situação de estatutários.

2.3 Distribuição por idade e escolaridade

Observe-se que a condição de empregador também existe entre trabalhadores em empresas informais, conforme verificado nos resultados de pesquisa do IBGE para a economia informal urbana no Gráfico 3 que mostra a distribuição segundo grupos de idade. Estes empregadores se concentram nos dois gêneros, nas faixas de 25 a 59 anos de idade, entre 40% a 50% dos totais de cada gênero, com maior concentração relativa das mulheres até 39 anos. Entre os ocupados por conta própria estas mesmas faixas de idade mostram a grande concentração, sem diferenciação entre gêneros, porém até 39 anos a representatividade dos ocupados se situava em torno de 34%, enquanto que de 40 a 59 anos esta participação se elevava para quase 48%.

Gráfico 3 - Trabalhadores em empresas informais por gênero segundo grupos de idade - Brasil, 2003. (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003. Elaboração própria.

Gráfico 4 - Distribuição de ocupados no setor informal segundo nível de escolaridade - Brasil, 2003. (%)

Gráfico de barras empilhadas mostrando a distribuição de ocupados no setor informal por nível de escolaridade, separados por gênero. O eixo horizontal representa os níveis de escolaridade, e o eixo vertical representa a porcentagem. As barras são empilhadas com Homens (preto) na base e Mulheres (cinza) no topo.

	Sem instrução ou menos de um ano de estudo	Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	Ensino fundamental ou 1º grau completo	Ensino médio ou 2º grau incompleto	Ensino médio ou 2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo
■ Mulheres	6,2	30,0	13,6	10,4	27,8	3,6	8,3
■ Homens	9,2	38,8	14,5	10,0	18,3	2,9	6,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003
Elaboração própria.

Como observado anteriormente, o nível de escolaridade não pode ser considerado uma das causas das desvantagens das mulheres para a obtenção de oportunidades melhores também no mercado informal desde que nos níveis mais elevados a partir do ensino médio ou 2º grau, é sempre igual ou maior a concentração de mulheres em relação ao total do seu gênero (Gráfico 4). Na condição de informais a maior concentração em ambos os gêneros se dá com trabalhadores do ensino fundamental ou 1º grau entre 30% e 40%. Nas ocupações de nível superior (profissionais liberais) também as mulheres participam com maior intensidade do que os homens. A observação da distribuição da condição de ocupação em cada nível de escolaridade (Gráfico 5) mostra que os ocupados por conta própria se concentram grandemente em todos os níveis de escolaridade (entre 60% e 85%), com maior intensidade nos níveis menos avançados de ensino. Esta representatividade é ligeiramente superior entre os homens, com exceção dos que possuem ensino fundamental incompleto. É interessante notar que a pesquisa relata a existência de empregados no setor informal com carteira de trabalho assinada em ambos os gêneros, cuja participação entre as mulheres chega a se situar em quase 16% no nível de escolaridade de ensino médio completo, embora não tenha sido possível verificar exemplos de onde essa situação ocorre.

Gráfico 5 - Distribuição dos ocupados em cada nível de escolaridade por gênero segundo condição de ocupação, - Brasil, 2003 (%)

Gráfico de barras empilhadas mostrando a distribuição dos ocupados em cada nível de escolaridade por gênero segundo a condição de ocupação. O eixo horizontal representa o gênero (H para Homens, M para Mulheres) e o nível de escolaridade (1 a 7). O eixo vertical representa a porcentagem. As barras são empilhadas com Conta própria (preto) na base, Empregador (cinza claro), Empregado c/ carteira (cinza escuro) e Empregado s/ carteira (preto) no topo.

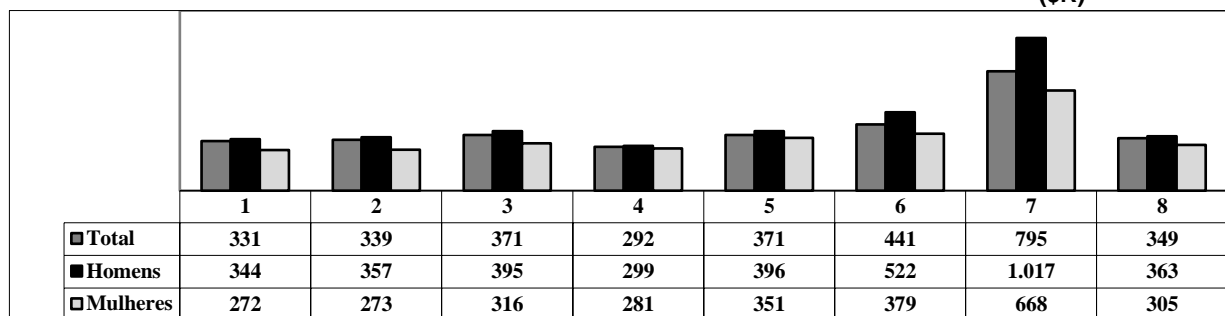
	H	1	2	3	4	5	6	7	M	1	2	3	4	5	6	7
■ Empregado s/ carteira	10,3	7,2	10,8	11,9	15,5	10,1	5,0	1,8	8,6	3,0	6,3	9,4	15,2	10,2	15,1	3,5
■ Empregado c/ carteira	4,6	1,4	3,0	6,9	5,6	7,2	9,0	2,1	7,9	2,0	2,9	6,2	7,8	15,6	11,0	5,4
■ Empregador	11,9	5,5	8,6	9,8	10,6	16,8	21,1	30,5	8,0	2,2	3,7	8,3	4,3	9,5	12,7	24,4
■ Conta própria	70,0	84,3	74,5	69,0	61,3	61,7	62,7	64,7	66,3	82,7	76,9	67,5	58,9	56,6	53,7	60,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.
Elaboração própria. Notas: 1 = sem instrução a menos de 1 ano de estudo; 2 = ensino fundamental ou 1º grau incompleto; 3 = ensino fundamental ou 1º grau incompleto; 4 = ensino médio ou 2º grau incompleto; 5 = ensino médio ou 2º grau completo; 6 = superior incompleto; 7 = superior completo.

2.4 Rendimento médio do trabalho

O exame dos rendimentos médios dos trabalhadores no setor informal para o período de transição examinado, mostra a vantagem masculina em todos os níveis de escolaridade apresentados, o que confirma também para a condição de informalidade, que a escolaridade não é fator condicionante para a disparidade de oportunidades de trabalho entre gêneros (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Rendimento médio dos ocupados no setor informal por gênero e nível de instrução - Brasil, 2003 (\$R)

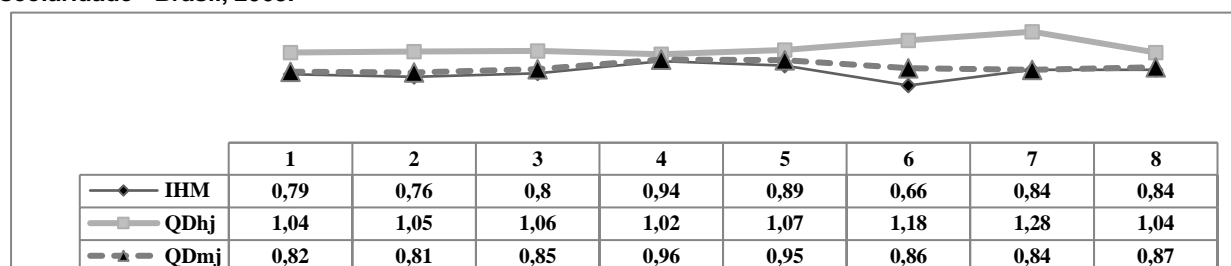


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.
 Nível de instrução: 1 = Sem instrução ou menos de um ano de estudo; 2 = Ensino fundamental ou 1º grau incompl. ;
 5 = Ensino médio ou 2º grau completo; 6 = Superior incompleto; 7 = Superior completo; 8 = Sem declaração .

As taxas anuais de crescimento dos rendimentos por gênero no período de 1999 a 2005, segundo classes de rendimentos, mostram que nas faixas de rendimentos de Mais de 2 a 5 SM, a elevação dos ganhos femininos em média ultrapassaram ligeiramente os masculinos e nas classes superiores de Mais de 20 salários mínimos, apresentaram crescimento superior em cerca de 3%. No entanto nas demais classes de rendimentos as remunerações masculinas anuais tiveram elevações que chegaram a ser até 6% superiores.

O Gráfico 7 mostram indicadores de defasagem de remunerações entre gêneros dos ocupados no setor informal, de acordo com níveis de escolaridade. Observe-se que a defasagem de remunerações entre gêneros, representada pelo IHM, revela que nos níveis inferiores de escolaridade, até ensino fundamental completo, as mulheres auferem em torno de 80% das remunerações masculinas. A menor defasagem encontra-se entre os que apresentam 2º grau incompleto, faixa em que as remunerações femininas chegaram a 94% das masculinas. Por outro lado, entre os ocupados que possuem nível superior incompleto é que se encontram as maiores diferenças, ou seja, 66% era a proporção dos ganhos das mulheres relativamente aos homens.

Gráfico 7 - Indicadores de diferenças entre gêneros nos rendimentos médios mensais segundo nível de escolaridade - Brasil, 2003.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.
 Elaboração própria
 Nível de instrução: 1 = Sem instrução ou menos de um ano de estudo; 2 = Ensino fundamental ou 1º grau incompleto ; 5 = Ensino médio ou 2º grau completo; 6 = Superior incompleto; 7 = Superior completo; 8 = Sem declaração.

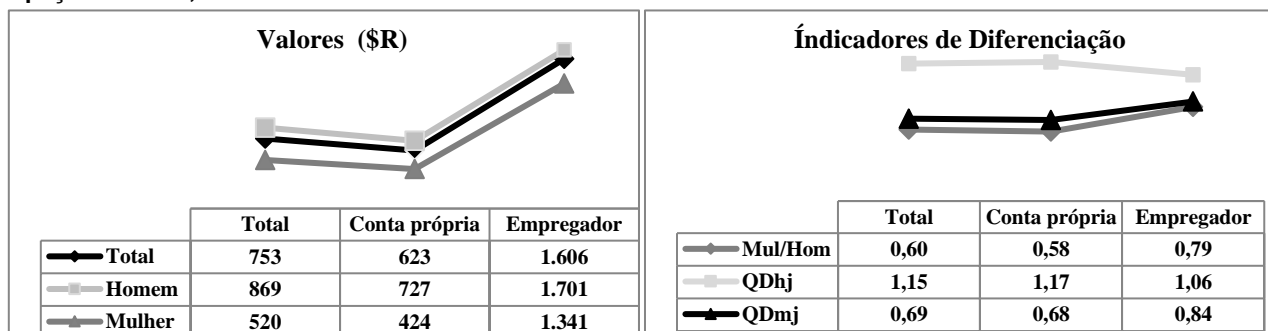
IHM: Índice de defasagem de rendimentos = rendimentos mulheres/ rendimentos homens.
 QDhj e QDmj: Quocientes de Diferenciação dos rendimentos de homens (h) e mulheres (m)

Com relação à diferença de remuneração de cada gênero em relação à média global de cada nível de escolaridade, representada pelos Quocientes de Diferenciação, observe-se que entre os homens os rendimentos são sempre superiores à média, em cerca de 4% a 7% em diferentes níveis de escolaridade excetuando-se entre os que possuem nível Superior, que chegam a auferir 18% e 28% a mais que a média, respectivamente para os que não completaram e já completaram a faculdade. Conseqüentemente, a disparidade das remunerações femininas em relação à média se situa entre 4% a 19% abaixo, e esta menor defasagem se dá entre as mulheres que possuem ensino médio completo.

A análise dos rendimentos dos proprietários, ou seja, dos que possuem seu próprio negócio, que trabalham no setor informal (Gráficos 8), mostra que a média de rendimentos é consideravelmente alta, equivalendo ou superando os ganhos das classes mais elevadas de rendimentos de assalariados do setor formal. Isto mostra que a condição de informalidade nem sempre é precária e muitas vezes é a alternativa escolhida por trabalhadores que encontram maiores vantagens financeiras e de poder de decisão nesta situação.

No entanto, a diferença de rendimentos entre os que trabalham sozinhos como conta própria e os empregadores é relevante, tendo em vista que na maior parte das vezes as empresas informais que empregam mão-de-obra possuem maiores aporte de capital e, portanto retornos superiores.

Gráficos 8 - Rendimento médio dos proprietários de empresas informais por gênero segundo posição na ocupação - Brasil, 2003.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

IHM: Índice de defasagem de rendimentos = rendimentos mulheres/ rendimentos homens.

QDhj e QDmj: Quocientes de Diferenciação dos rendimentos de homens (h) e mulheres (m).

Como se verifica através dos indicadores dos Gráficos 8, a defasagem de rendimentos também é significativa entre gêneros, pois as mulheres que trabalham por conta própria ganham cerca de 58% dos masculinos e as empregadoras em torno de 80%. Por sua vez, os QDmj mostram que para as duas posições de ocupação, a remuneração feminina é respectivamente 32% e 16% inferior à média global destes proprietários.

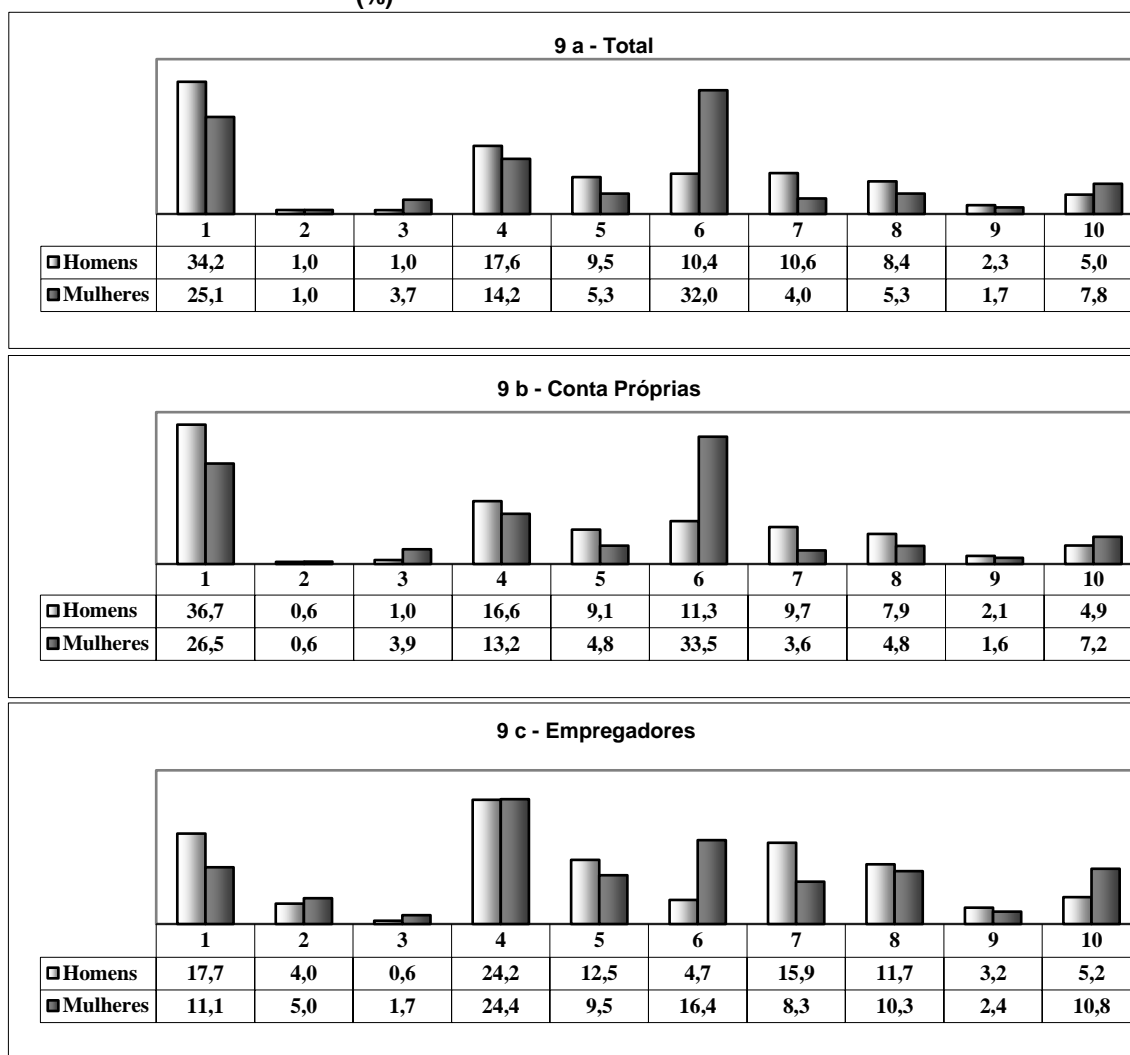
2.5 Motivos para entrada no setor informal

Também foram encontradas razões diferenciadas para a entrada de proprietários em atividades informais (Gráficos 9), quer se tratem de autônomos ou de empregadores.

Entre os autônomos, mais de 37% dos homens se alocou como conta própria pela impossibilidade de encontrar emprego formal, enquanto que para as mulheres esta razão não foi a predominante (quase 27%), e para elas teve maior representatividade o motivo de complementação da renda familiar (34% para pouco mais de 11% para os homens). A procura de independência em relação às decisões teve ainda peso considerável entre os autônomos de ambos os gêneros, sendo relatada por 17% dos homens e 13% das mulheres.

Razões de tradição familiar, de experiência no tipo de trabalho e de consideração de um negócio promissor foram citadas pelos homens em torno de 9% em cada motivo, não sendo razões prevaletentes entre as mulheres, que dão maior importância à flexibilidade de horário (4%). Por outro lado, as razões apontadas pelos empregadores informais, se centralizam para ambos os gêneros na independência de realização do próprio negócio (mais de 1/4 dos trabalhadores de cada gênero separadamente). Os motivos de falta de emprego e de experiência no tipo de trabalho também foram considerados respectivamente por cerca de quase 18% e 16% dos homens, enquanto para as empregadoras, foram razões apenas apontadas por entre 11% e 8%.

Gráficos 9 - Empresas do setor informal segundo o motivo de início do negócio, por gênero - Brasil, 2003 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal

Urbana 2003. Elaboração própria.

Motivos :1 = Não encontrou emprego; 2 = Oportunidade de fazer sociedade; 3 = Horário flexível;

4 = Independência;5 = Tradição familiar; 6 = Complementação da renda familiar; 7 = Experiência na área;

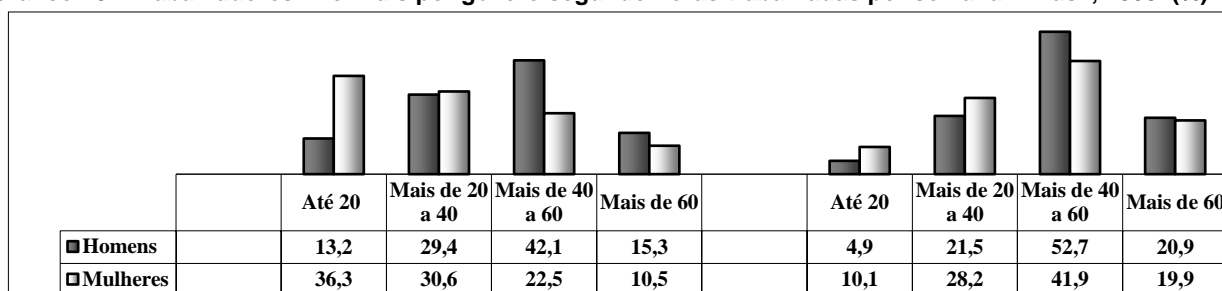
8 = Negócio promissor; 9 = Era um trabalho secundário; 10 = Outro motivo e sem declaração.

Para estas empregadoras a necessidade de complementar a renda familiar foi elemento que apareceu em segundo lugar em importância para mais de 16% e observa-se que as mulheres consideram mais relevantes do que os homens os motivos de oportunidade de fazer sociedade e horário flexível. Os proprietários que empregam trabalhadores ainda mostraram como motivo de preferirem se alocar de modo informal, a tradição familiar (12,5% de homens e 9,5% de mulheres) e a oportunidade de fazer um negócio promissor (perto de 12% e 10% respectivamente).

2.6 Jornada de Trabalho

Os trabalhadores informais em grande parte, cumprem jornada de trabalho maior que a oficializada, com maior intensidade entre os homens, que em torno de 42% dos trabalhadores por conta próprias e 53% empregadores se concentravam em períodos semanais de mais de 40 a 60 horas, enquanto que entre as mulheres quase 23% e 42% se alocavam neste período (Gráfico 10).

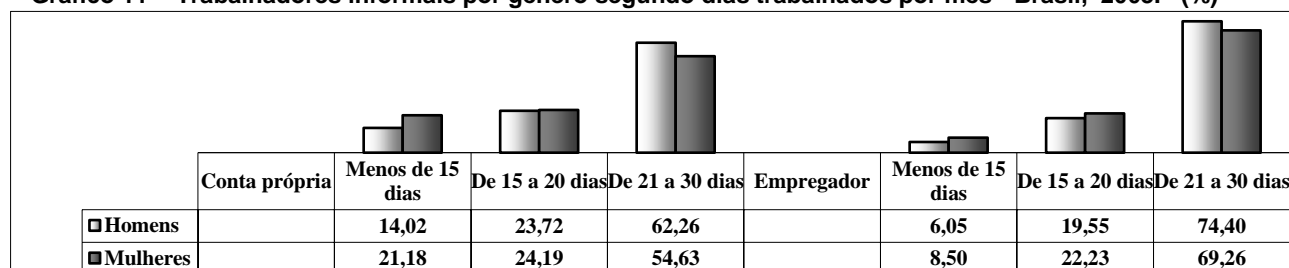
Gráfico 10 - Trabalhadores informais por gênero segundo horas trabalhadas por semana - Brasil, 2003. (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana, 2003. Elaboração própria.

A intensidade do trabalho nas ocupações em negócios informais é, em grande parcela, concentrada em período mensal maior que as do setor formal para os dois gêneros, desde que em um período de trabalho de 21 a 30 dias por mês, se concentram mais de 62% de homens e 55% de mulheres por conta própria e acima de 74% e quase 70% respectivamente entre os empregadores (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Trabalhadores informais por gênero segundo dias trabalhados por mês - Brasil, 2003. (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003. Elaboração própria.

É interessante observar-se que a maior parte das de empresas informais na atualidade, ainda apresentam um caráter de processos produtivos tradicionais e atrasados, desde que apenas em alguns setores já é incorporado certo avanço

tecnológico, particularmente representado pelo uso da informática. Em setores não-agrícolas, no entanto a utilização de informática apenas é disseminada em cerca de 16% de negócios operacionalizados por homens e em 13% pelas mulheres. Os motivos citados para não utilização referiam-se a desconhecimento da oferta deste serviço, alto custo do serviço, dos equipamentos e do *software*, falta de necessidade de investir nesta melhoria, bem como inadequação dos serviços existentes.

Em suma, tanto no setor formal quanto informal, a situação feminina no mercado de trabalho apresenta desvantagens em relação à masculina, no que se refere à distribuição por categoria de emprego e rendimentos médios. A distribuição ocupacional segundo idade e anos de estudo mostra que o nível de escolaridade não pode ser considerado uma das causas das desvantagens das mulheres para a obtenção de oportunidades melhores no mercado formal e informal. Outras diversidades consideráveis entre gênero ocorrem em relação ao tempo de permanência no emprego, jornada de trabalho, motivo de entrada no setor informal distribuição setorial e introdução de progresso tecnológico, representado pelo uso de informática.

3. O perfil ocupacional da informalidade brasileira no período 2002 a 2012.

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que o período aqui selecionado, tem como início o ano de 2002, em virtude de que, como mencionado anteriormente, neste ano foram refeitas algumas conceituações metodológicas na PNAD, particularmente de mudanças nos códigos de ocupações e inclusões de outras ocupações anteriormente não constantes, para atualização das estatísticas e adequação à nova realidade econômica brasileira, que se modernizou em relação às condições tecnológicas anteriores constatando-se a criação de novas ocupações.

Observe-se que nas empresas formalmente instituídas, uma parcela considerável de 39% dos ocupados em 2002, não trabalhavam com registro em carteira de trabalho assinada e são considerados então como trabalhando informalmente (Tabela 1). Embora este percentual tenha diminuído no período em 2012 ainda representavam 39% dos ocupados nestas empresas.

Tabela 1 - Distribuição da população ocupada nas empresas e nos serviços domésticos segundo condição de vínculo empregatício - Brasil, 2002, 2008 e 2012. (%)

	2002		2008		2012	
	C/C	S/C	C/C	S/C	C/C	S/C
Brasil	37,6	62,4	43,3	56,7	48,6	51,4
Empresa	61,0	39,0	65,6	34,4	71,1	28,9
Dirigentes*	26,3	73,7	27,3	72,7	32,9	67,1
Produção	59,6	40,4	66,2	33,8	70,3	29,7
Qualificados 1	71,2	28,8	73,6	26,4	76,8	23,2
Qualificados 2	82,0	18,0	82,5	17,5	82,0	18,0
Semiquualificados 1	53,3	46,7	62,1	37,9	66,3	33,7
Semiquualificados 2	70,4	29,6	83,1	16,9	87,0	13,0
Não-qualificados	59,8	40,2	62,4	37,6	67,0	33,0
Administração	72,6	27,4	75,4	24,6	80,9	19,1
Qualificados 1	87,4	12,6	88,6	11,4	90,6	9,4
Qualificados 2	64,2	35,8	62,1	37,9	72,8	27,2
Semiquualificados 1	70,7	29,3	73,8	26,2	79,3	20,7
Semiquualificados 2	85,5	14,5	88,9	11,1	91,1	8,9
Não-qualificados	71,1	28,9	73,2	26,8	80,2	19,8

Serviços Domésticos	25,3	74,7	26,2	73,8	29,1	70,9
----------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: IBGE/PNADS, 2002, 2008 e 2012. Elaboração própria.

* Exclui empregadores. C/C = com carteira assinada; S/C sem carteira assinada.

No que se refere aos dirigentes a alta concentração dos que não tinham registro em carteira, mostra a existência de uma número considerável de contratos de trabalho através de outras formas de remuneração legalizada. Nas empresas, o número de ocupações informais na área da produção direta de bens e serviços (acima de 40% em 2002) é consideravelmente superior a dos que trabalham em atividades administrativas (27%). Embora como mencionado estas formas de trabalho tenham diminuído no período, em 2012 ainda era considerável esta representatividade, respectivamente de cerca de 30% e 19%.

É interessante observar-se que entre os qualificados, a situação de ocupados sem carteira é superior para os que possuem nível técnico da produção direta bens e serviços, mas notavelmente superior para os que possuem nível superior na área administrativa. Entre os ocupados em atividades que exigem semiquificação da área da produção direta de bens e serviços e na área administrativa, os que possuem responsabilidades de chefia, respectivamente cerca de 13% e 9% em 2012, são informais, porém entre os sem chefia esta condição é superior 34% e 21%. Os não-qualificados da área da produção direta cerca de 1/3 dos trabalhadores trabalhavam sem registro em 2012, mas na área administrativa equivaliam a em torno de 20%.

Tabela 2 – Composição dos ocupados por Conta Própria (CP), por categoria ocupacional, segundo gênero, Brasil, 2002, 2008 e 2012 (%)

	2002			2008			2012		
	Homen s	Mulhere s	Total dos CP	Homen s	Mulhere s	Total dos CP	Homen s	Mulhere s	Total dos CP
Total CP	59,7	40,3	100,0	58,5	41,5	100,0	62,1	37,9	100,0
Proprietário Prof.	87,6	12,4	15,0	83,0	17,0	14,0	79,4	20,6	14,0
Liberais	55,7	44,3	2,7	55,6	44,4	2,9	54,6	45,4	4,4
Qualificados	57,9	42,1	3,8	51,5	48,5	4,7	51,0	49,0	5,3
Semi-qualific.	54,7	45,3	65,7	55,1	44,9	67,1	61,2	38,8	66,6
Não-qualific.	55,5	44,5	12,5	53,2	46,8	11,0	53,7	46,3	9,5

Fonte: IBGE/PNADs 2002, 2008 e 2012. Elaboração própria.

Entre os ocupados por conta própria (CP), a maior concentração era de semi-qualificados, que aumentaram sua representatividade no período atingindo quase 70% do total destes CP com predominância de homens, embora as mulheres representasse quase 38% (Tabela 2). Os chamados proprietários apresentados na Tabela correspondem a donos de um empreendimento próprio mas informais, que podem empregar ou não outros trabalhadores e concentram em torno de 14% dos autônomos e destes as mulheres representavam apenas 21% no final do período analisado, porém esta participação se elevou consideravelmente desde o primeiro ano de análise (12%).

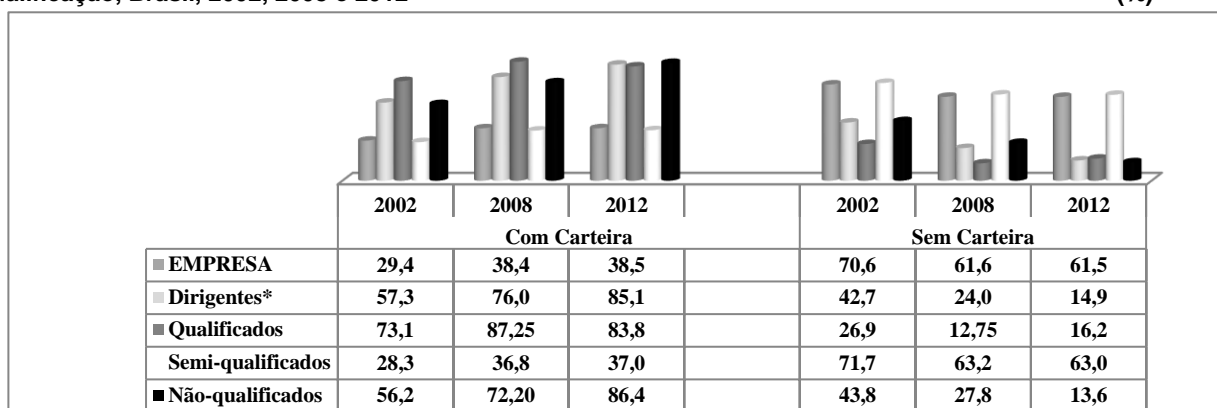
Os mais qualificados aumentaram sua condição como autônomos no período, e correspondiam a quase 10% em 2012, dos quais os profissionais liberais representavam pouco mais de 4%. Tanto estes últimos quanto os demais qualificados concentravam em cada categoria separadamente em torno de 55% de homens e portanto a representatividade feminina é considerável, além de crescente nestas

categorias. O mesmo ocorre com os trabalhadores não-qualificados, que representavam 9,5% dos CP.

4. Diferenças setoriais

As condições de trabalho formal dentro das empresas no país são consideravelmente diferenciadas entre os macrosetores de atividades. Observa-se na Agropecuária considerável representatividade de trabalhadores informais nas empresas, que em 2002 correspondiam a quase 71% do total, porém esta condição diminuiu significativamente no período, e em 2012 ainda concentravam quase 62% do total (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Distribuição da população ocupada na Agropecuária por condição de vínculo empregatício e qualificação, Brasil, 2002, 2008 e 2012 (%)



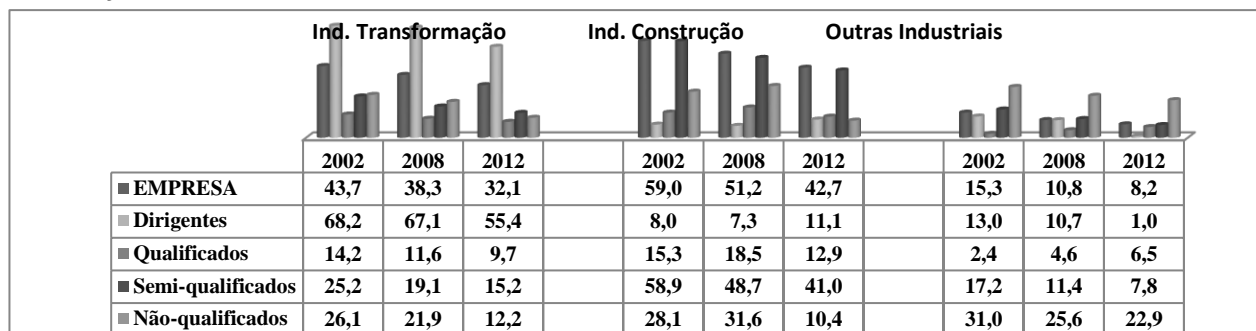
Fonte: FIBGE - PNAD/2002, 2008 e 2012. * Exclui proprietários. Elaboração própria.

Observe-se que no gráfico, para os dirigentes das empresas foram computados apenas os assalariados e a participação destes ocupados com formas diferentes de contrato em relação a registro em carteira de trabalho era muito considerável no início do período analisado (43%), porém estas formas foram sendo substituídas por carteira assinada e no final do período (15%). Os semi-qualificados que no total dos ocupados em empresas representavam 29% em 2012, englobavam uma concentração mais elevada em trabalhos sem registro em carteira, embora decrescente, no período mas ainda representavam 62% no ano final analisado. Embora seja observado que a participação de não-qualificados com carteira aumentou consideravelmente, estes correspondem a apenas 0,3% dos trabalhadores nas empresas, e os demais ocupados sem qualificação da agropecuária trabalham por conta própria, a maior parte produzindo para seu próprio consumo.

A análise da informalidade nas empresas do setor industrial revela perfis distintos para o global dos subsetores de Indústria da Transformação, da Construção e Outras Atividades Industriais, como apresentado no Gráfico 13. Nas empresas, a Construção Civil apresentava a maior representatividade de ocupados informais, que em 2002 equivaliam a quase 60% dos trabalhadores, mas esta situação se mostrava melhor em 2012, quando 57,3% dos ocupados já apresentavam registro em carteira de trabalho. Neste setor, os informais se concentram particularmente entre os semi-qualificados, que mostram os mesmos níveis de informalidade do que o total das empresas e observa-se que os dirigentes assalariados apresentam os níveis mais baixos de trabalhadores com outros tipos de contratos de trabalho sem registro em carteira apenas 11% em 2012. Os trabalhadores sem qualificação, que exercem trabalhos braçais e outros que não exigem conhecimento técnicos específicos, que em

2002 correspondiam a 28% sem carteira, no ano de 2008 – em que já se faziam sentir no país os efeitos da crise financeira internacional – foram os primeiros entre as indústrias que aumentaram o nível de informalidade; porém com a recuperação da atividade em 2010, já mostravam a maior absorção de trabalhadores formais, que atingiu 89,6% em 2012 nesta categoria.

Gráficos 13 – Distribuição da população ocupada sem carteira nas empresas da Indústria segundo setores e qualificação, Brasil, 2002, 2008 e 2012. (%)



Fonte: FIBGE - PNAD/2002, 2008 e 2012. Elaboração própria.

Nas empresas da Indústria de Transformação, a informalidade, embora menor, também é considerável, embora decrescente, e em 2012 mais de 32% dos ocupados não tinham registro. Os dirigentes assalariados, não proprietários apresentam mais da metade dos ocupados com contratos de trabalhos diferentes dos registrados em carteira de trabalho, grande parte com remunerações proporcionais a algum parâmetro de produção ou de rendimentos das empresas. Isto se deve ao fato de que para equilibrar seu balanço, sem arcar com custos de demissões e outros, as empresas vem contratando mais trabalhadores como autônomos nestas funções.

Por sua vez, as ocupações de qualificados revelam o menor número de contratos sem carteira de trabalho, tendo em vista que existe maior procura de trabalhadores com estas qualificações, tendo em vista a condição da qualificação da força de trabalho do país. Nestas atividades, os trabalhadores não qualificados nos períodos iniciais da análise ainda representavam uma proporção superior aos dos semi-qualificados nestas condições informais, porém em 2012 a situação se inverteu.

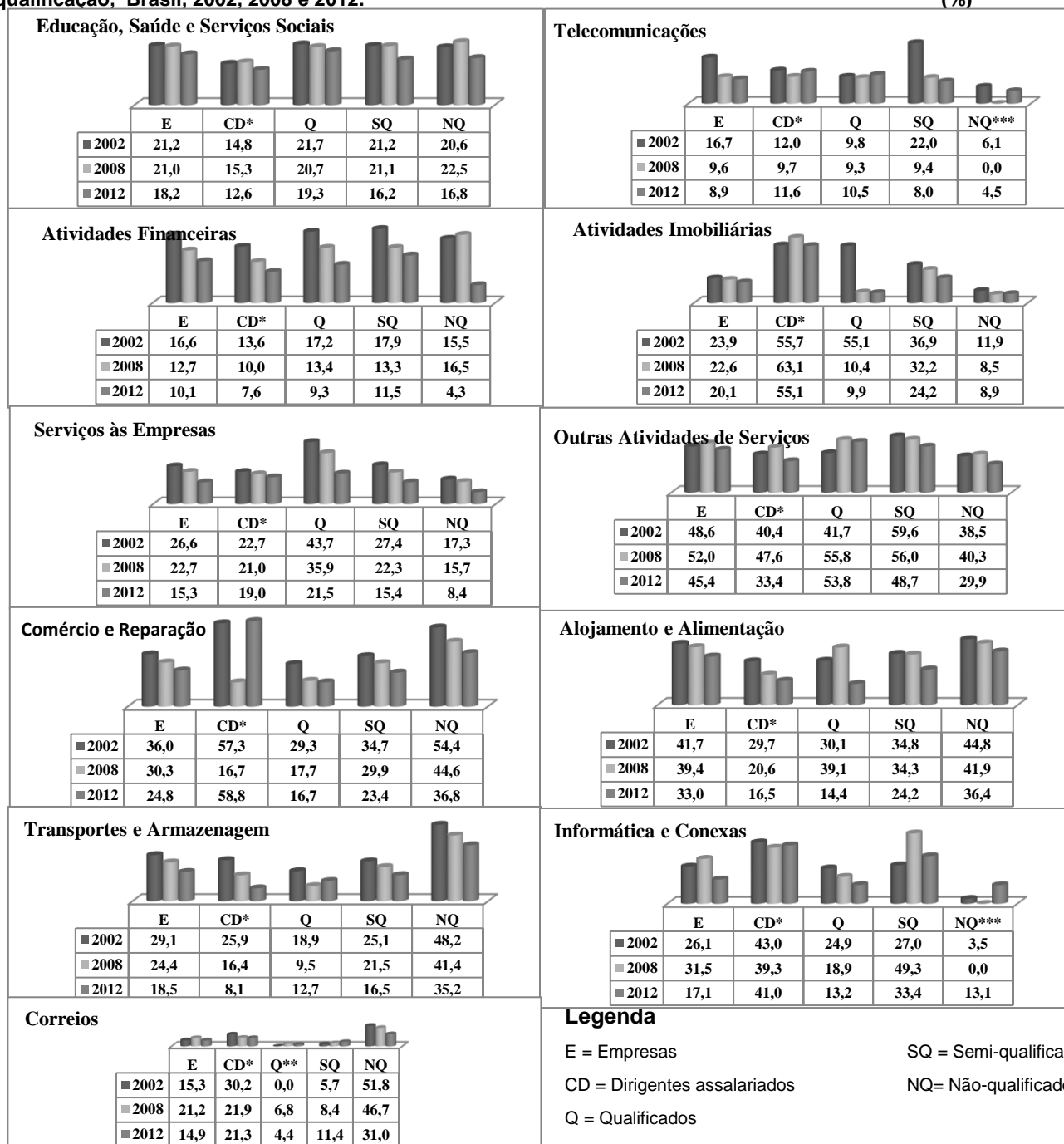
Nas indústrias que agrupavam as denominadas Outras Atividades Industriais, que além das Indústrias Extrativas Minerárias, correspondem em maior proporção a serviços industriais coletivos como de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás, como se referem a empresas altamente reguladas, a representatividade de trabalhadores informais é consideravelmente menor e decrescente, chegando a pouco mais de 8% em 2012. Apenas entre os não qualificados, observa-se maior informalidade, particularmente como impacto das indústrias extrativas minerárias.

Apesar da heterogeneidade da natureza das estruturas ocupacionais dos serviços, originadas de processos tecnológicos consideravelmente diferenciados em relação à relação capital/trabalho, são observados alguns aspectos comuns no que se refere à condição de informalidade nas empresas. Observa-se inicialmente que em todos os subsetores e na grande maioria de categorias ocupacionais, um decréscimo na proporção de ocupações sem carteira de trabalho assinada. Por outro lado, esta situação de informalidade se verifica não apenas entre os sem qualificação, porém também entre os mais qualificados (Gráficos 14).

Para o global das empresas de serviços, os menores índices de informalidade, encontrados nas atividades de Telecomunicações e Correios, se deve ao fato de serem

serviços altamente regulados ou exercidos por empresas estatais. Por sua vez, os ocupados das Outras Atividades de Serviços concentravam a maior proporção de informalidade, de quase metade dos ocupados no período analisado. Nestas

Gráficos 14 – Distribuição da população ocupada sem carteira assinada nas empresas de Serviços e qualificação, Brasil, 2002, 2008 e 2012. (%)



Fonte: IBGE/PNADs 2002, 2008 e 2012. *Assalariados. **Próximo a zero em 2002. ***Não disponível em 2008. Elaboração própria.

atividades se englobam grande parte de serviços pessoais de microempresas com poucos empregados e apesar disto, baixa relação capital/trabalho. Dois grupos de setores ainda concentravam entre 25% e 33% de informalidade em 2012, respectivamente Comércio e Reparação e também Alojamento e Alimentação; nos

demais subsetores os ocupados informais representavam entre quase 9% e 20% neste último ano.

Nas Outras Atividades de Serviços, Atividades Imobiliárias e Atividades de Informática e Conexas, a proporção de dirigentes assalariados e de qualificados que trabalham sem carteira ou com contratos diferentes de trabalho é muito considerável, sendo a maior parte contratada como autônomos. No grupo de Outras Atividades, esta situação se repete em todas as categorias ocupacionais.

5 Considerações finais

Nas atividades brasileiras, a maior parte do setor informal alocado fora de empresas engloba ocupados em condições desvantajosas, enquanto que outra parte engloba profissionais liberais e pequenos produtores de serviços de níveis superiores de renda e produtividade. No Brasil, a informalização do trabalho podem desempenhar um papel definido no contexto de desenvolvimento, como absorvedoras de excedentes da força de trabalho, desde que parte destas produções se mostram eficientes e lucrativas, não sendo compostas por atividades marginais ou parasitárias, embora outros segmentos possam incorporar trabalhadores menos remunerados, em pequena escala e limitados por técnicas simples, pouco capital e falta de contato com o setor formal, mas que sobrevivem no mercado de trabalho e colaboram com a geração de valor adicionado (Kon, 2007).

As forças que determinaram a ampliação da informalidade no país se originaram mais intensamente no período correspondente ao processo de industrialização por substituição de importações, no final da década de 1950. Neste período, apesar da incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra, este processo contribuiu para a ampliação de oportunidades de ocupações, que surgiam como complementação às demais atividades e também como resultado do aumento médio dos rendimentos dos assalariados, que se expressavam através da elevação do maior consumo de bens e serviços.

Concomitantemente com a diminuição dos postos de trabalho formais observada no período de crise econômica conjuntural das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, os principais elementos condicionantes da intensificação do setor informal no contexto do mercado de trabalho, têm origem nos processos de reestruturação produtiva, que envolvem a reorganização e realocação das atividades no espaço, bem como a reorganização técnica, estratégica, administrativa e operacional do trabalho verificada nas empresas em busca da competitividade interna e internacional. Estes elementos conviveram com a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, particularmente nos anos noventa, com aprofundamento da internacionalização e abertura comercial das economias, e ainda da desregulamentação dos mercados. Estes processos criam incertezas nos negócios, menores taxas de crescimento econômico e do emprego, que repercutem de forma diferenciada nas diversas economias desenvolvidas e em desenvolvimento, de acordo com suas características estruturais e conjunturais contemporâneas (Cacciamali, 2000, p. 6).

Esta autora mostra como neste contexto, são renovadas as relações de trabalho não-assalariado, criando-se paralelamente formas de trabalho a domicílio e de trabalho temporário, intermediadas por firmas locadoras de mão-de-obra ou sub-contratação. Este conjunto de novas relações de trabalho criado pela estratégia de empresas oligopolistas se difunde para todo o espaço econômico, levando à reestruturação das demais firmas e gerando condições para a ampliação do trabalho por conta própria, particularmente devido à diminuição do trabalho assalariado, paralelamente à falta de políticas públicas compensatórias. Adicionalmente surgem no setor informal

oportunidades de ganhos superiores aos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Finalmente a ampliação das atividades informais é devida ainda à dificuldade de sobrevivência de indivíduos que não logram reempregar-se ou ingressar no mercado de trabalho e podem exercer trabalhos de baixa produtividade (Cacciamali, 2000, p. 8).

Resumindo, na atualidade, a condição de informalidade das atividades brasileiras é determinada por um lado por políticas públicas que priorizam a continuidade da estabilização econômica e, por outro, pelas transformações estruturais intensificadas e mais velozes manifestadas de forma diferenciada tanto em âmbito global, internacional quanto regional, e que resultam em formas também diversas de inserção do trabalho. Definem-se no âmbito do trabalho por conta própria ou em micro empresas, mas também são encontradas no assalariamento ilegal em empresas de maior porte. Os níveis de emprego e renda destes diferentes grupos de ocupados resultam de dinâmicas diversas e, portanto, seu comportamento não pode ser analisado conjuntamente. Uma em cada três empresas é informal e 60% dos empregados não têm contrato de trabalho legal nas empresas. Os níveis de emprego e renda destes diferentes grupos de ocupados resultam de dinâmicas diversas e particularmente a condição feminina acabou por apresentar os maiores índices de segmentação e informalidade desvantajosas (Kon, 2014).

O conceito mais recente em que o setor informal é definido como agregando um conjunto de formas de organização da produção e distribuição, que se estabelecem nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada, se aproxima mais da condição atual encontrada na realidade brasileira, particularmente em um contexto micro-econômico em que é ressaltada a necessidade de transformações produtivas e organizacionais, onde impera o processo de terceirização dentro de empresas capitalistas, que conduz a novas formas de inter-relações entre os mercados formal e informal, dentro e fora das cadeias produtivas. A situação brasileira se coaduna também com este conceito, quando é verificado que fazem parte deste contexto tanto empresas de cunho capitalista quanto trabalhadores por conta própria ou pequenos produtores, com possibilidade de acumulação de capital, representando um mercado amplo para a introdução de empresas capitalistas, que se sentem atraídas pelo volume de negócios das atividades informais com possibilidade de se tornarem lucrativamente atrativas.

Por sua vez, no país o conceito generalizado de trabalhador por Conta Própria pode incluir algumas categorias de trabalhadores que possuem características diferenciadas quanto ao grau de autonomia sobre a decisão do processo de trabalho, quanto ao objetivo de geração e apropriação de um excedente de produção, quanto à propriedade dos meios de produção. Assim, alguns trabalhadores autônomos fornecem sua força de trabalho a empresas esporádica ou temporariamente, sem vínculo trabalhista legalizado, utilizando meios de produção que podem ou não ser de propriedade das empresas e submetendo-se ao processo de trabalho estipulado pela empresa. Este trabalhador autônomo é diferenciado do trabalhador assalariado sem carteira que atua na empresa sem contrato legalizado de trabalho, porém não de forma temporária.

Referências

CACCIAMALI, Maria Cristina, *O setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo, Ed. IPE/USP, 1983.

CACCIAMALI, Maria Cristina, *Globalização e processo de informalidade*, São Paulo, Texto para Discussão N° 01/2000, IPE/USP, 2000.

HART, K. , "Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana," *Journal of Modern African Studies*, 11 (1), 1973.

ILO, *Transitioning from the informal to the formal economy*, 103rd Session of the International Labour Conference, ILO, Geneve, 2014.

KON, Anita, *A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional*, Brasília, Sesi, 1995.

KON, Anita, *A divisão do trabalho no Brasil segundo gênero: repercussões sobre o desenvolvimento econômico*, Relatório de Pesquisas CNPq, 2007.

KON, Anita, *A Economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil*, Alta Books, Rio de Janeiro, 2015.

NUNURA, Juan Bautista Chully, *Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989*, São Paulo, IPE/USP, Tese de Doutorado, 1992

OIT, *Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya*, ILO, Geneve, 197

PAMPLONA, João Batista, *O auto-emprego e os determinantes de seu sucesso*, EITT/PUCSP, São Paulo, 2003.

PREALC, *Sector informal, Funcionamento y políticas*, Santiago, 1978.

TOKMAN, V. E., "De la informalidad a la modernidad", en TOKMAN, V. E. (Dir.). *De la informalidad a la modernidad*, OIT, Chile, 2001.